

# boletim ADunicamp

Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

Nº 12 - Segunda-feira, 22 de agosto de 2005

www.adunicamp.org.br / Informações: (19) 3788-2470

## UMA MOBILIZAÇÃO FORTE PARA DERRUBAR EM PLENÁRIO O VETO DE ALCKMIN À LDO

Na tarde de 16 de agosto, como já noticiamos, o veto de Alckmin ao aumento de recursos na LDO para as Universidades Estaduais e para o Centro Paula Souza foi derrotado na Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp. Agora, temos pela frente a próxima etapa: derrubar o veto em plenário. Para isto, são necessários 48 votos.

Este o nosso desafio: convencer mais alguns deputados, além dos que já votaram conosco na votação da LDO, a votarem a favor da educação pú-

**Por que o governador vetou a LDO? Não é verdade que o aumento de verbas para a educação comprometerá outras áreas sociais! Os deputados apenas deslocaram para a educação uma pequena parcela do superávit fiscal que fica à disposição do governador para gastar onde, como e quando quiser. Mais de 10% das receitas tributárias do estado de São Paulo ficam disponíveis para os desejos político-partidários-eleitorais de Zeroaldo.**

blica. Um bom argumento pode ser o fato de 2006 ser ano de eleições.

Entretanto, este convencimento só ocorrerá se pressionarmos os deputados, impedindo que o governador “os convença”, sob a força de argumentos não muito ortodoxos nem republicanos.

A questão é: como pressionar os deputados? Somente nossa mobilização lhes mostrará que não esqueceremos como cada um votou neste momento, quando tivermos que definir

### Assembléia Geral de Docentes

**Dia 25 de agosto (5ª f.), às 12h00, no auditório.**

#### PAUTA:

- 1) Ações para derrubar o veto do governador à LDO;**
- 2) Indicativo de paralisação.**

### É bom lembrar que a LDO-2006 aprovada pela Alesp prevê:

- 1) aumento da cota-parte das universidades para 10,5% do ICMS integral (impedindo que o governador desconte os recursos da habitação antes do cálculo da cota-parte das universidades, em um confisco de aproximadamente 2% de seus orçamentos);**
- 2) instituição de cota-parte de 1% do ICMS integral para o Centro Paula Souza;**
- 3) aumento do orçamento para a educação em todos os níveis, de 30 para 31% da receita tributária.**

em quem votaremos em 2006 e nos próximos anos. Para tanto, chuva de e-mails, contatos pessoais, textos em jornais, tudo vale. Mas o mais importante, sem dúvida, será nossa disposição coletiva para lutar em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Uma mobilização forte, em conjunto com funcionários e estudantes é nosso maior instrumento nesta luta.

É importante lembrar que a votação em plenário deverá acontecer entre os dias 30 de agosto e 4 de setembro (data limite pela Constituição Estadual), o que significa que temos pouco tempo à frente e que nossa mobilização será “por tempo determinado”.

É importante registrar que, na votação da LDO, em 7 de julho, quando foi aprovado o parecer do relator aumentando a cota-parte das universidades para 10% do ICMS integral (o que significa um acréscimo de 2%, pois os recursos para a habitação não mais poderão ser descontados da base de cálculo), apenas o líder do governo registrou seu voto contrário; assim, precisamos cobrar dos deputados, especialmente os de Campinas, que não se escondam agora sob o veto do Zeroaldo.

A força de nossa mobilização pode ser bem demonstrada pela posição do deputado Vitor Sapienza, histórico aliado do governador, na reunião da Comissão de Orçamento do dia 16. Único governista presente, não teve coragem de votar a favor do



veto, frente a frente com mais de 400 pessoas, que lotavam o Plenário Franco Montoro e os corredores vizinhos. Os demais governistas (Roberto Engler, Paulo Sérgio e Waldir Agnello) não compareceram à reunião, provavelmente pelo mesmo motivo.

É muito simples: precisamos manter a pressão sobre os deputados se queremos que o orçamento das universidades, especialmente o da Unicamp, apresente alguma folga a partir do ano que vem. Se não, nem precisa ser profeta para prever anos de arrocho salarial, até que as aposenta-

dorias em nossa universidade entrem em “regime de equilíbrio”.

Para uma idéia do que nos espera, basta ler o ofício encaminhado pelo reitor da Unesp à toda a comunidade acadêmica, comunicando corte de 15% das verbas de custeio, bloqueio de férias e o risco real de que o 13º salário não seja pago. Isto só fez intensificar a mobilização de docentes e funcionários, preparando a greve a partir do dia 25 de agosto. Na USP, docentes e funcionários já indicaram greve a partir do dia 25.

E nós, o que vamos fazer??

Na Assembléia do dia 25 de agosto, estaremos discutindo e deliberando sobre formas de mobilização, inclusive sobre a possibilidade de dias de paralisação e, até mesmo, de greve.

A decisão é de todos nós e a hora é esta!  
Participe!!

# REFORMA UNIVERSITÁRIA E REVERSÃO NEOCOLONIAL

A fim de evitar que a luta contra a reforma universitária fique circunscrita a um horizonte corporativista, é importante situá-la como parte de um todo. As mudanças institucionais implementadas no Brasil desde o início dos anos 90 têm basicamente dois objetivos estratégicos: ampliar o espaço de valorização do capital e ajustar o Estado nacional das economias periféricas às formas de dependência externa correspondentes à era da globalização – a fase superior do imperialismo.

Sob a pressão avassaladora dos organismos internacionais, depois de alguma hesitação, a partir de Collor de Mello a burguesia brasileira armou-se de irrefreável fervor reformista e sob consigna de “plena liberdade para o capital” mobilizou a força do Estado para adequar a economia e a sociedade brasileira aos ventos neoliberais, tomando um conjunto de ini-

ciativas que debilitaria perigosamente o Estado nacional em todas as suas dimensões.

De um lado, as reformas neoliberais retiraram direitos adquiridos da classe trabalhadora, transferiram patrimônio público para a iniciativa privada e diminuíram a presença do Estado na execução de políticas públicas. De outro, por intermédio de um centralismo monetário e fiscal sem precedentes, puseram a base fiscal e a moeda nacional sob controle do capital financeiro. O resultado foi a canalização de gigantescas quantias de recursos, públicos e privados, para o grande capital, nacional e internacional. Paralelamente, os mecanismos de controle do Estado sobre o capital foram reduzindo ao mínimo, aumentando perigosamente a volatilidade e o caráter predatório do capital.

## CAMINHADA VIRTUAL

Você, que está indignado com as dimensões da corrupção do governo Lula da Silva e do Congresso Nacional que vêm sendo reveladas, mas não pode participar, em carne e osso, da Marcha contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica, a se realizar em Brasília, no dia 17 de agosto, pode também se manifestar.

Participe da e-indignação, a caminhada virtual rumo a Brasília contra a corrupção. Serão 506 mil pessoas chegando ao Planalto Central para registrar a indignação dos brasileiros com o cenário político atual.

Manifeste-se contra a corrupção. Acesse [www.e-indignacao.com.br](http://www.e-indignacao.com.br).

**Leia mais sobre a Marcha de 17 de agosto; documento protocolado no Ministério do Trabalho; Carta da Conlutas ao presidente da CPMI dos Correios; Mais fotos da Marcha; na página da Adunicamp ([www.adunicamp.org.br](http://www.adunicamp.org.br)).**



As conseqüências do ajuste estrutural da economia brasileira à ordem global são conhecidas: desarticulação do parque produtivo; reversão para uma agricultura baseada na monocultura extensiva, típica de nosso passado colonial; aumento exponencial do desemprego e do subemprego; progressiva desnacionalização da economia; gigantesca transferência de renda para o exterior; ajuste fiscal permanente; crônica instabilidade cambial; acelerada deterioração dos serviços públicos; ampliação da pobreza e intensificação da desigualdade social; eclosão de uma grave crise federativa; desmonte do Estado. O resultado é que o Brasil entrou em um período marcado pela crescente instabilidade econômica, social e política.

Quando posto em perspectiva histórica, tais fenômenos indicam que está em curso um perigoso processo de reversão neocolonial que ameaça a própria sobrevivência do Brasil como sociedade nacional. Não é difícil perceber que, com as devidas especificidades, processo análogo ocorre na América Latina e na maioria dos países da periferia do sistema capitalista mundial.

Cumprindo as exigências do capital financeiro, o governo da esperança frustrada executa à risca a agenda de “reformas” do FMI e do Banco Mundial. Com a palavra de ordem “para o capital, tudo; para o trabalho, os sacrifícios necessários”, suas políticas aprofundam a liberalização da economia. Entre as mudanças propostas está a famigerada reforma universitária.

Camuflada por algumas políticas compensatórias, controvérsias e de alcance limitado, como a compra de vagas das empresas particulares para estudantes carentes – o chamado PROUNI –, as mudanças em curso significam uma grave ameaça à Universidade Pública. Tendo como principais objetivos a diminuição das despesas com o sistema público de ensino superior, o atendimento dos pleitos das grandes empresas de educação em busca de novos mercados e maior rentabilidade, bem como a necessidade de adequar o Brasil às exigências dos organismos que ditam as diretrizes para o ensino superior na periferia, o

coração da reforma universitária consiste em transformar o ensino superior, de um direito dos brasileiros, em um serviço do Estado.

Ao borrar a fronteira entre o público e o privado, a abre-se, assim, o caminho para o aprofundamento da mercantilização do ensino, ao mesmo tempo em que acelera a privatização e franqueia a internacionalização da educação superior. Nesse sentido, a reforma universitária em curso é um aprofundamento das mudanças já iniciadas por FHC e, em certo sentido, uma continuidade da reforma universitária da ditadura militar.

A continuidade do processo de desmonte significa, no entanto, uma mudança de qualidade que ameaça a própria existência da Universidade Pública. O comprometimento da autonomia financeira e institucional deixa a universidade pública à mercê das pressões empresariais e das injunções políticas dos governos de plantão. O desprezo pela importância estratégica da pesquisa no desenvolvimento do conhecimento condena o Brasil à dependência cultural e tecnológica. O sucateamento da estrutura material e pessoal das universidades federais coloca em questão a própria sobrevivência da principal fonte de conhecimento científico da sociedade brasileira – as instituições públicas. O sentido de tais mudanças é muito claro: na era da globalização do capital, a periferia está impossibilitada de se conhecer e produzir o seu próprio pensamento.

A luta contra a reforma universitária não pode ser concebida como um ato isolado, descolado do combate contra as forças que estão provocando a reversão neocolonial do Brasil. A médio e a longo prazos, ela só será vitoriosa se estiver intimamente articulada com a luta contra todas as iniciativas que atacam as conquistas dos trabalhadores. A comunidade universitária não pode vacilar. Resistir à ofensiva do capital e defender a universidade pública e gratuita exige a derrota do arco de aliança externo e interno que está empurrando a sociedade brasileira para a barbárie.

# **FORUM** **das** **seis**

**STU**  
**Sintusp**  
**Sinteps**  
**Sintunesp**  
**Adunicamp**  
**Adusp - S.Sind.**  
**Adunesp - S.Sind.**

## **Aos Deputados Estaduais**

Prezado Deputado,

Convicto de que o seu partido e V. Exa. também consideram imprescindível o papel que a educação cumpre no desenvolvimento do país e na qualidade de vida de seu povo, o Fórum das Seis vem, por meio desta, compartilhar algumas preocupações que dizem respeito à definição, pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006.

Como é do conhecimento de V. Exa., o Fórum das Seis – articulação que reúne as entidades sindicais da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza (Ceeteps), e também os representantes dos estudantes dessas instituições – luta, há anos, por mais verbas para a educação pública no estado de São Paulo. No caso das universidades, que se destacam entre as primeiras na produção científica nacional, a recente expansão de vagas e de unidades impulsionada pelo Governador, sem a devida contrapartida de recursos, aprofundou um conjunto de problemas que já vinham sendo sentido ao longo dos anos: insuficiência de professores e funcionários, excesso de estudantes por sala de aula, infra-estrutura inadequada, dentre outros. No Centro Paula Souza, que tem sido palco de uma expansão ainda maior, os problemas são mais graves, incluindo o fato de sequer contar com previsão sistemática de recursos.

Diante desse quadro – e considerando nossa histórica posição em defesa da ampliação da educação pública – vimos com muita satisfação a recente aprovação pela ALESP de aumento de verbas para as universidades, o Ceeteps e a educação pública em geral. Embora o Fórum das Seis considere que os percentuais aprovados pelos Deputados na ALESP para a LDO 2006 estejam aquém do que é essencial para preservar a qualidade dos serviços educacionais prestados à população e para sua expansão, entende que se tratou do acordo possível na conjuntura. Por isso, agora, considera fundamental concretizar esse avanço – insuficiente, mas significativo – na LDO para 2006.

O veto do Governador ao que foi aprovado pelos Deputados na ALESP no dia 7 de julho passado está na contramão das necessidades educacionais da população paulista. E sequer procede a alegação do governo de que faltariam recursos para atender ao que foi aprovado.

Inconformada com o veto, a comunidade acadêmica das três universidades e do Ceeteps já prepara uma greve a partir do dia 25/8. Por certo, não é desejo de ninguém paralisar o trabalho e causar qualquer constrangimento ao Governador, mas esta iniciativa parece, no momento, ser a única forma de dar visibilidade à indignação de professores, funcionários e estudantes e continuar a luta para que as necessidades educacionais do conjunto da sociedade paulista sejam atendidas.

Como é do seu conhecimento, no dia 16/8, a Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa aprovou, por unanimidade, parecer contrário ao veto do Governador. Esse é mais um fato que se inscreve na nova postura da ALESP, de exercer a independência dos poderes, visando à defesa dos interesses da sociedade, exatamente conforme determina a legislação republicana.

Neste marco, o Fórum da Seis reitera o apelo para que V. Exa., assim como o seu partido, se posicionem contra o veto do Governador, mantendo a proposta aprovada pela ALESP, quando votou a favor das emendas que garantem mais verbas para a educação pública em todos os níveis e modalidades. Por certo, a comunidade acadêmica e a população paulista saberão reconhecer – proximamente – o esforço realizado, tanto por V. Exa. como pelo seu partido.

Aguardamos esse compromisso.

São Paulo, 17 de agosto de 2005.

**Fórum das Seis Entidades**